

Recomendação nº 094/02 (PX IND Rui Costa)  
Nova Versão



Rui Costa  
Deputado Municipal Independente

### Recomendação n.º 094/02

#### Compromisso da Cidade de Lisboa com os Direitos do Humanos

Considerando que:

- a) Se comemoram a 10 de Dezembro de 2019 os 71 anos da aprovação, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos (traduzida originalmente em Portugal para Declaração Universal do Direitos do Homem e posteriormente, por via da Lei n.º 45/2019, de 27 de Junho alterada tal tradução para Declaração Universal dos Direitos Humanos, em homenagem à igualdade de género, subsistindo ainda a sua designação original no artigo 16.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, por razões formais);
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos reúne e declara solenemente um conjunto dos mais elementares Direitos Humanos, direitos inerentes ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, numa reacção à barbárie ocorrida na II Guerra Mundial e no período que a antecedeu;
- c) Infelizmente, ainda hoje a Declaração Universal dos Direitos Humanos é constantemente violada pela acção de Estados, sendo igualmente certo que a sua interpretação nem sempre é actualista e evolutiva;
- d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos serviu ainda de base para o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a 16 de Dezembro de 1966 e para o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a 16 de Dezembro de 1966;
- e) Apesar do tempo decorrido desde a aprovação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, há Estados que não os assinaram ou ratificaram, obstando ao seu reconhecimento internacional e sem excepção pelos Estados;
- f) O significado da Declaração Universal dos Direitos Humanos para a República Portuguesa é tal, que o mesmo é reconhecido como parâmetro de interpretação da Constituição da República



**Rui Costa**  
**Deputado Municipal Independente**

Portuguesa, pela própria Constituição, no seu artigo 16.º, n.º 2, havendo quem defenda o seu carácter supraconstitucional por tal facto;

- g) A Assembleia da República viria, através da Resolução da Assembleia da República n.º 69/98, de 10 de Dezembro a declarar o dia 10 de Dezembro como Dia Nacional dos Direitos Humanos;
- h) Em muitas sociedades grassa a intolerância e em quase todas as sociedades ocorrem manifestações populistas e de intolerância atentatórias aos Direitos Humanos;
- i) Importa assim assinalar a importância e significado dos Direitos Humanos, podendo e devendo o Município de Lisboa, através da sua acção, contribuir para essa tarefa;
- j) Os Direitos Humanos não se esgotam nos Direitos declarados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, abrangendo também um conjunto de Direitos Fundamentais objeto de protecção por Convenções Internacionais e pelas constituições dos Estados, relevando aqui a Constituição da República Portuguesa;
- k) Em matéria de Direitos Humanos, há ainda que recordar o labor da dogmática penalista portuguesa, que sempre foi avançada e criteriosa, consagrando desde cedo no ordenamento jurídico de Portugal princípios basilares do Direito Penal como a proibição da Pena de Morte ou do carácter perpétuo das penas:
- l) Por todas estas razões, o Município de Lisboa deve criar um Programa destinado à promoção dos Direitos Humanos, especialmente dirigido para as camadas mais jovens da população;
- m) A amplitude de temáticas dos Direitos Humanos e a necessidade da interiorização dos valores que lhe são subjacentes, aconselha a alargar o âmbito do Prémio Municipal “Direitos Humanos na Criança e no Jovem”, aprovado na sua 2.ª Edição pela Deliberação n.º 844/CM/2019, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1346, a matérias mais amplas que as da Convenção dos Direitos da Criança e ter um carácter permanente e anual;
- n) Deve ainda o Município de Lisboa ter um plano de cooperação com outras autarquias locais, nacionais e estrangeiras, com vista à promoção dos mais elementares Direitos Humanos;
- o) Por fim, o Município de Lisboa, através da Câmara Municipal de Lisboa atribui distinções honoríficas, a saber a Chave de Honra da Cidade e a Medalha Municipal, cuja atribuição não deve



**Rui Costa**  
**Deputado Municipal Independente**

deixar de ter em conta o respeito dos homenageados ou dos Estados e organizações que os mesmos representem pelos Direitos Humanos;

- p) No que respeita à Medalha Municipal (cujo Regulamento foi aprovado pela Deliberação n.º 732/CM/2014, rectificada e republicada no 5.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1087, de 18 de Dezembro de 2014), pode e deve:
- i) Ser instituída a modalidade de “Direitos Humanos”, a par das modalidades já existentes, destinada a homenagear personalidades e pessoas colectivas que tenham uma acção relevante na defesa dos Direitos Humanos, em Portugal ou internacionalmente;
  - ii) Ser instituídas limitações de atribuição da Medalha Municipal e bem assim a possibilidade da revogação da sua concessão, em qualquer uma das suas modalidades, a quem tenha condutas incompatíveis com os Direitos Humanos consagrados nas Convenções Internacionais de que a República Portuguesa é parte e bem assim com os Direitos Fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa.
- q) No que respeita à Chave de Honra da Cidade (cujo Regulamento foi publicado através do Edital n.º 30/82), é estabelecido no seu artigo 2.º que *“A Chave de Honra da Cidade, devidamente credenciada, representa o preito de homenagem da Cidade de Lisboa, a quem a tenha recebido.”*;
- r) O *“preito de homenagem da Cidade de Lisboa”* não pode nem deve ser prestado a quem viole, atente ou não promova os Direitos Humanos, não podendo igualmente ser vista como uma homenagem certa a todo e qualquer Chefe de Estado que visite Lisboa;
- s) Por isso, pode e deve o Regulamento da Chave de Honra da Cidade prever limitações da sua atribuição e bem assim a possibilidade da revogação da sua concessão, em qualquer uma das suas modalidades, a quem tenha, por si ou através da instituição que represente, condutas incompatíveis com os Direitos Humanos consagrados nas Convenções Internacionais de que a República Portuguesa é parte e bem assim com os Direitos Fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa;
- t) No caso particular da atribuição da Chave de Honra da Cidade de Lisboa, a mesma não deve ser atribuída a Chefes de Estado ou representantes de governos estrangeiros cujo País, no momento da sua atribuição:



**Rui Costa**

**Deputado Municipal Independente**

- i) Não tenha aprovado ou ratificado qualquer uma das seguintes Convenções Internacionais: Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pactos dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- ii) Eventualmente não tenha aprovado ou ratificado Convenção Internacional específica de protecção de Direitos Humanos que venha a ser considerada para o efeito;
- iii) Cujo ordenamento jurídico preveja a aplicação da pena de morte;
- iv) Cujo ordenamento jurídico preveja a aplicação de penas perpétuas;
- v) Cujo ordenamento jurídico preveja perseguições penais em função de algum dos critérios de proibição de discriminação previstos no artigo 13.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa;
- vi) Que seja no momento, alvo de sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

**Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 26 de Novembro de 2019 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, saudando o Dia Nacional dos Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos:**

- 1 – A criação de um Programa destinados à promoção dos Direitos Humanos, especialmente dirigidos para as camadas mais jovens da população.
- 2 – O alargamento em futuras edições do âmbito do Prémio Municipal “Direitos Humanos na Criança e no Jovem”, aprovado na sua 2.ª Edição pela Deliberação n.º 844/CM/2019, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1346 a matérias mais amplas que as da Convenção dos Direitos da Criança devendo ter um carácter permanente e anual.
- 3 – A implementação de um plano de cooperação com outras autarquias locais, nacionais e estrangeiras, com vista à promoção dos mais elementares Direitos Humanos.
- 4 – A alteração do Regulamento da Medalha Municipal (aprovado pela Deliberação n.º 732/CM/2014, rectificada e republicada no 5.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1087, de 18 de Dezembro de 2014) com vista a:



**Rui Costa**

**Deputado Municipal Independente**

- a) Instituição da modalidade de “Direitos Humanos”, a par das modalidades já existentes, destinada a homenagear personalidades e pessoas colectivas que tenham uma acção relevante na defesa dos Direitos Humanos, em Portugal ou internacionalmente;
  - b) Instituição de limitações de atribuição da Medalha Municipal e bem assim a possibilidade da revogação da sua concessão, em qualquer uma das suas modalidades, a quem tenha condutas incompatíveis com os Direitos Humanos consagrados nas Convenções Internacionais de que a República Portuguesa é parte e bem assim com os Direitos Fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa.
- 5 – A alteração do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Lisboa, cujo Regulamento foi publicado através do Edital n.º 30/82 com vista a:
- a) Prever limitações da sua atribuição e bem assim a possibilidade da revogação da sua concessão, em qualquer uma das suas modalidades, a quem tenha, por si ou através da instituição que represente, condutas incompatíveis com os Direitos Humanos consagrados nas Convenções Internacionais de que a República Portuguesa é parte e bem assim com os Direitos Fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa;
  - b) No caso particular da atribuição da Chave de Honra da Cidade de Lisboa, a mesma não deve ser atribuída a Chefes de Estado ou representantes de governos estrangeiros cujo País, no momento da sua atribuição:
    - i) Não tenha aprovado ou ratificado qualquer uma das seguintes Convenções Internacionais: Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pactos dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
    - ii) Eventualmente não tenha aprovado ou ratificado Convenção Internacional específica de protecção de Direitos Humanos que venha a ser considerada para o efeito;
    - iii) Cujo ordenamento jurídico preveja a aplicação da pena de morte;
    - iv) Cujo ordenamento jurídico preveja a aplicação de penas perpétuas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA

**Rui Costa**

**Deputado Municipal Independente**

- v) Cujo ordenamento jurídico preveja perseguições penais em função de algum dos critérios de proibição de discriminação previstos no artigo 13.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa;
- vi) Que seja no momento, alvo de sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Lisboa, 8 de Dezembro de 2019

**O Deputado Municipal Independente**

**Rui Costa**